

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXI

**Homenagem ao Doutor
Salvador Dias Arnaut
Volume I**



COIMBRA 1996
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Revista Portuguesa de Historia
t. XXXI, Yol. 1(1996)

A FESTA, UMA RUPTURA NO QUOTIDIANO DO HOMEM MEDIEVAL*

MARÍA JOSÉ FERRO TAVARES
(Universidade Nova de Lisboa / Universidade Aberta)

A festa é hoje, como ontem, um conceito demasiado abrangente, integrando vários tipos de acontecimentos que podem ir desde a aclamação real à procissão religiosa, desde a romaria à feira, desde o cortejo de um casamento régio ao espectáculo da execução de um alto dignitário. A festa traduz-se sempre por um espectáculo, onde o poder se manifesta, onde a comunicação se pretende entre o que o detém e exerce e aqueles que o sofrem e obedecem. A festa é um interligar do que está separado, é a quebra do ritmo diário do indivíduo e da sociedade em que se insere e onde a festa/espectáculo se manifesta.

Válvula de escape das tensões quotidianas, exteriorização de emoções contidas, extravasar de alegria e de comunicação interactiva entre grupos sociais diferentes, a festa é uma exaltação do poder, entendido este como o poder majestático, ou religioso,

* O texto base foi apresentado pela primeira vez na Gulbenkian, no Congresso “O Quotidiano na História de Portugal”, realizado pelo Departamento de História da FCSH, da UNL, cujas Actas não se publicaram até hoje.

ou das elites, ou dos grupos populares organizados ou não.

A festa contém em si antinomias. Sendo a subversão da rotina diária, ela é a manifestação da ordem, pelo rito e simbologia que a acompanham, onde cada um ocupa o seu lugar, quer participe, quer assista. Sendo um fenómeno de participação lata, de inserção e de aculturação, a festa é também um fenómeno de diferenciação, de segregação.

Daí que ela tenha um espaço próprio para se manifestar: a cidade, o agregado urbano, núcleo confluyente de multidões, por vezes desenraizadas, que se deixam impregnar pelo espírito da festa de um modo catártico. Por isso ela exterioriza-se por formas precisas, como a luz, o cortejo, as cores, a música, o vestuário, a rua e a praça ou a igreja e o seu adro, os jogos e divertimentos ou a procissão com a sua vivência mística e o seu espaço de representação cénica.

Uns participam activamente; outros assistem. Esta é uma das contradições do fenómeno festa/espectáculo: cada um está ordenadamente no seu lugar. Pretendendo ser um acontecimento social, integrador e participativo, ela acaba por ser segregador, diferenciador. A ordem manifesta-se pela diferença.

A festa tem um tempo próprio, o do acontecimento; mas acompanha-a um tempo individual e colectivo que a antecede e está ligado à vivência dos seus preparativos e outro que lhe sucede e se prende com a sua memória: memória individual e memória colectiva, mais uma vez. Para todos, ela constituiu uma ruptura no seu quotidiano, uma paragem no trabalho, uma quebra da rotina, um extravasamento de alegria nas janelas e casas enfeitadas, na exibição do vestuário domingueiro ou de um fato novo, adequado ao momento, na garridice das cores.

Não nos iremos debruçar sobre a festa que acompanha as

romarias, onde o sagrado e o profano se interligam, onde a oração e a prece a um santo terminam, para os mais jovens, numa “bailia de amor”, tantas vezes referidas nas nossas cantigas de amigo. Nem tão pouco sobre a feira e o seu espaço: lugar de troca de mercadorias, de dinheiros, de notícias e novidades várias, onde os olhos se arregalam com as vestes novas de tecidos vários, com as alegrias e jogos dos saltimbancos; onde os ouvidos se comprazem no vozear dos pregões, na confusão de línguas diferentes, na música dos jograis, na alegria dos que comem e bebem, nas pragas e blasfémias dos que jogam jogos proibidos e se divertem com as mancebas, nas súplicas dos pobres e dos esfomeados.

A feira é festa com o ruído, a multidão, os cheiros, as tendas e bancadas com mercadorias diversas, a comunicação das gentes que constituem uma mudança, sempre ansiada porque distrativa e enriquecedora.

Mas a festa/espectáculo que me proponho tratar é, sobretudo, a festa, manifestação do poder: régio, municipal e religioso, poderes que se exprimem pela alteração temporária da ordem, do quotidiano, para reafirmarem a própria ordem superior que deles emana.

A festa/espectáculo relacionada com o poder régio tem dois sentidos: aquele que parte do próprio soberano, onde este se manifesta como rei nutridor, como rei dispensador de bens e o outro, de vector inverso, que surge do colectivo para o soberano, manifestação de obediência, de reconhecimento para com a autoridade que se deseja propiciadora, tolerante e recompensadora na distribuição de isenções fiscais, de privilégios individuais ou colectivos. Este sentido inverso, do povo para com o seu suzerano, é também, pela recepção mais ou menos sumptuosa, uma manifestação de poder do concelho e das suas elites.

A *Crónica de D. Pedro I* exemplifica alguns tópicos do rei nutridor. Femão Lopes traçou-nos, assim, alguns aspectos do seu perfil:

“El era muito viandeiro, sem seer comedor mais que outro homem, que suas salas eram de praça em todos logares per onde andava fartas de vianda em grande abastança.... e elRei Dom Pedro era em dar mui ledo, em tanto que muitas vezes dizia que lhafroxassem a çinta que estonçe husavam nom mui apertada, por que se lhe alargasse o corpo, por mais espaçosamente poder dar: dizendo que o dia que o Rei nom dava, nom devia seer avudo por Rey”¹.

No acto da investidura de João Afonso Telo no condado de Barcelos e na ordem da cavalaria, ocorrido em Lisboa, D. Pedro I proporcionou-lhe uma festa pública que perdurou na memória como a maior festa que algum rei jamais tivesse feito a um súbdito seu. O primeiro impacto dela nos habitantes da cidade foi a profusão de luzes: cinco mil círios e tochas sempre acesos nas mãos de outros tantos homens, colocados ao longo do caminho que do mosteiro de S. Domingos ia para o paço.

A segunda recordação prendia-se com a música e a dança, ocorrida durante este percurso. Os foliões, neste caso, não pertenciam ao povo, mas eram fidalgos encabeçados pelo próprio rei. Poder-lhe-íamos chamar uma dança rimai de guerreiros, de cavaleiros que festejavam o ingresso dos novos membros, o qual iria ocorrer no dia seguinte de manhã: “elRei com muitos fidalgos e cavalleiros andavam per amtre elles dançamdo e tomando sabor, e assi despenderom gram parte da noite”. Era uma dança viril, de homens.¹

¹ Femão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, ed. Civilização, cap. I, pp. 7-8.

A terceira dizia respeito à refeição convivial, onde em grandes tendas, armadas no rossio próximo do mosteiro, se podia encontrar abundância de pão, de vinho e carne de vaca que servidores assavam no espeto, “e quantos comer queriam daquela viamda, tiinhamna muito prestes e a nenhuum nom era vedada”².

A memória do povo e do cronista exprimem aqui uma das funções da realeza, a raiair com o próprio Deus: o soberano nutridor, repartidor de alimentos a todos os homens, sem distinção. Todos se integravam na festa, todos participavam da alegria de um cerimonial que dizia respeito à nobreza, a entrada de novos membros na ordem da cavalaria, mas que se manifestava como uma propiciação, à maneira da Roma antiga de *panem et circenses*. O triunfo da cavalaria, a ordem guerreira que combatia em prol do reino e do rei, o triunfo dos poderosos, surgia acompanhado da distribuição benfazeja de alimentos, no convívio igualitário de todos os súbditos de um mesmo soberano.

Igual sentido podemos observar na *Crónica de D. João II*, quando da investidura de D. Pedro de Meneses, a quem D. João II fez marquês de Vila Real. O agraciamento de um título superior, o de marquês, ao conde de Ourém fê-lo entrar no círculo restrito da nobreza de sangue real: carapuça de arminho, espada, anel e estandarte quadrado “como de Príncipe”. Era a recepção *pares*, príncipe e duques, no espaço restrito da sala do trono, onde a magnificência e superioridade do rei se manifestava pelo estrado onde estava a cadeira com espaldar e dossel. Mas, embora *inter pares*, a festa transbordou para a rua, para os que acompanharam a comitiva de nobres e servidores sem a ela pertencerem, para os

² *Ibidem*, cap. XIV, pp. 61-63.

músicos que tocavam trombetas, tambores, charamelas e sacabuxas e abriam o caminho ao cortejo. O estrondo dos instrumentos musicais era a festa externa, visível, quer na ida da pousada do conde até ao paço, quer no regresso. Pompa e circunstância, diríamos nós, a qual viria a repercutir-se durante dias com danças e abastados banquetes. Agora, como sinónimo de prestígio e poder, o novo marquês tomava-se um senhor nutridor, tal como fora o soberano: “E como nobre, e grande senhor, deu algumas dadiuas honradas aos officiaes que fizerão seus despachos”³.

Igualmente manifestação de poder social eram os casamentos da família real, a primeira na hierarquia e na qualidade. O espectáculo acompanhava sempre as cerimónias das bodas ou dos esposónos reais. “Festas e justas” foram feitas por altura do casamento da infanta D. Beatriz, filha de D. Pedro I e de Inês de Castro, com o conde D. Sancho, irmão de Henrique II de Trastâmara⁴.

As bodas de D. Beatriz, filha de D. Femando, com o rei D. João I de Castela, não tiveram nos arredores de Eivas o acompanhamento festivo que deveria ser costume quando um herdeiro do trono se casava, talvez porque o rei de Portugal não tivesse estado presente, devido a doença, ou porque o matrimónio não agradaria de sobremaneira aos portugueses. As notícias de Femão Lopes apenas referem um grande arraial de tendas multicolores, quer da parte portuguesa, quer da parte castelhana, o cortejo nobre que acompanhou a entrega da infanta e a comitiva do rei de Castela que vinha esperar a futura rainha e as grandes refeições que reuniram as nobrezas dos dois reinos.

³ Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II*, in *Crónica de dom João II e Miscelânea*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, cap. LXXVIII, pp. 118-119.

⁴ Femão Lopes, *Crónica de D. Fernando*. ed. Civilização, cap. LXXXIV, p. 221.

Enquanto o monarca castelhano era acompanhado sempre que regressava a Badajoz por grandes folguedos, “alegrias e trebelhos”, nada nos fala do ambiente festivo que rodeava a princesa e Leonor Teles, sua mãe. A festa ocorreria em Badajoz, onde o casal foi abençoado pelo arcebispo de Sevilha. Aí, depois da refeição, houve justas e torneios e lidaram-se touros ⁵.

Tal já não sucedeu na recepção a D. Filipa de Lencastre e no seu casamento com D. João I, no Porto. Aqui, o concelho e pessoas da casa do rei prepararam uma festa que Femão Lopes fixou para a posteridade:

“E com graõ deligemçia e semtido tinhaõ todos em cuidado do que lhe ell Rey emcomemdaraa, hüs fazer praças e desempachar as ruas por huu aviaõ damdar as gemtes, e outros de fazer jogos e trebelhos e matinadas de noute. E fizeraõ muy a pressa huua graõ praça amte Saõ Domingos da Rua do Souto, que eraõ emtão tuudo ortas, huu justavaõ e torneavaõ gramdes fydalguos e cavaleiros que o bem sabião fazer, e outra gemte naõ”.

Na quinta-feira, dia do régio casamento, a população do Porto dividiu-se, por todo o concelho, em grupos que faziam jogos populares e danças, com muitos “trebelhos” e prazeres. As ruas, onde esta folia ocorria, estavam ornadas de flores e ervas aromáticas.

O cortejo era encabeçado pelo par real, indo os noivos, cada um montado no seu cavalo branco, a par um do outro, seguindo-os atrás uma comitiva a pé. Músicas e cantares acompanharam os noivos, como era uso: pipas e trombetas abafavam o som dos outros instrumentos, ao mesmo tempo que as senhoras da nobreza e do concelho cantavam, seguindo os noivos.

⁵ *Ibidem*, caps. CLXV-CLXVII, pp. 455-460.

A alegria e as gentes que queriam ver e festejar os reis de Portugal era tanta “que se não podiaõ reger nem ordenar”. Depois da cerimónia na sé, seguiu-se a refeição, onde foram servidas inúmeras iguarias, e onde cada grupo social se arrumou por mesas: a do casal real, as dos bispos, fidalgos, burgueses, e as damas do paço e da cidade. Nuno Álvares serviu de mestre sala, outros fidalgos eram servidores de toalha, de copa, etc.

Acompanhava o banquete a realização de jogos diversos, feitos por homens, como os saltos, talvez no estilo da pirâmide humana, e outros jogos de destreza. Finda a refeição, iniciou-se a dança, “e as donas em seu bamdo cantando a redor cõ grande prazer”.

Durante quinze dias foi festa real com espectáculos diversos e justas, não só no Porto, mas em todo o reino se comemorou o acontecimento com festas diversas e trebelhos ⁶.

A descrição dos mais ricos festejos, dados por altura de um casamento da família real, durante o período que estudamos, pertencem ao da infanta D. Leonor com o imperador da Alemanha. Obviamente que a qualidade do noivo e a manifesta prosperidade da corte portuguesa, reconhecida em toda a Europa, justificavam tais comemorações. A casa real tinha ligações estreitas com os demais reinos peninsulares, com a família real inglesa, com a importante casa ducal de Borgonha e, se tal não bastasse, o reino afirmava-se pelas descobertas marítimas e pelas riquezas que já se prenunciavam: o açúcar da Madeira, os escravos e o ouro de África que permitia a cunhagem de boa moeda de ouro.

Portugal tomara-se um reino prestigiado e prestígio é sinónimo de poder. Daí a magnificência e a pompa destes esposónos que

⁶ Femão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Civilização, vol. II, caps. XCV-XCVI, pp. 223-224.

continham também uma mensagem a ser transmitida pelos embaixadores alemães, junto do imperador do Sacro-Império: D. Leonor era uma princesa digna de ser imperatriz e provinha de um reino e de antepassados ilustres aos quais não faltavam heróis nem mártires.

As festas, em honra do casamento, desenrolaram-se em espaços diferentes: no paço do rei, onde após o ritual dos esposórios ocorreu a proclamação de D. Leonor como imperatriz. Esta foi anunciada pelo som das tubas e a ovação dos presentes.

Um segundo espaço, também interior, era o palácio para onde foi conduzida a imperatriz, a sua casa de jovem casada. Aqui, a festa foi cortesã, semi-privada e semi-pública. Num primeiro momento, a dança foi a festa, mas uma dança sem homens, onde a jovem imperatriz dançou com a sua cunhada, a rainha D. Isabel. Era a entrada no círculo das mulheres casadas, das damas procriadoras. De facto, o novo estado a que ascendera pelas palavras de presente que pronunciara, já não lhe permitia bailar perante os homens, exhibir-se perante estes como o fizera na véspera, quando, com as irmãs Catarina e Joana, dançara para a corte e os embaixadores alemães. Ontem era donzela, hoje era uma senhora, uma dona...

Depois foi a aclamação, a exposição pública num trono sobre um palanque, “acima de todos os da sua geração”, tal como o imperador estava acima do rei, sendo as portas do paço abertas a todo o povo para a vir honrar e aclamar.

Celebrações e procissões solenes sucederam-se em comemoração de tão memorável acontecimento, assim como a aclamação pública da imperatriz era feita em todos os concelhos. O reino regozijava-se com a sua princesa e revia-se na importância do seu título.

Durante dias, a alegria foi ordem por todo o Portugal, por onde a imperatriz e os embaixadores andaram. De novo em Lisboa, os espectáculos, que decorreram durante duas semanas, tiveram aspectos de magnificência e simbolismo.

Na primeira noite, depois da ceia, a encenação oferecida representava já o universo conhecido: os reinos da cristandade, o Islão e os gentios de África. Portugal e a Alemanha apareciam destacados: o primeiro apresentava-se com dois partidos, cada um o mais galante, o mais garrido, o mais forte, encabeçados pelo infante D. Fernando e pelo rei D. Afonso V; o Império surgia representado por nobres vestidos e penteados à maneira alemã. Todos reverenciavam a jovem imperatriz e declaravam-se prontos a lutar por ela. As festas nupciais transformavam-se numa homenagem à princesa e ao seu esposo imperial, mas também exaltavam Portugal e as suas conquistas e descobertas. Africanos, mouros e “homens da selva” dançavam e prestavam-lhe menagem.

A dança é mais uma vez um rito guerreiro, feito por homens armados. É a exibição da virilidade em exercícios de destreza, de arte marcial. O mesmo sucedia com os dois partidos portugueses: o do infante D. Fernando e o do rei. Ambos vinham acompanhados do seu “exército” e identificavam-se pela cor que defendiam. D. Afonso V, ao entregar a menagem à imperatriz, declarava “que tinha convocado, de partes longínquas da terra, companheiros e fortíssimos combatentes para estas festas nupciais, e eles tinham vindo e estava ansioso por executar actos militares”.

Sucederam-se representações teatrais várias, ao longo dos dias, em diversos locais de Lisboa, que, à maneira dos mistérios, foram percorridos um a um pela infanta, sua comitiva e povo, no total de oito. Estas cenas traduziam uma leitura simbólica do que era a ideologia imperial para os reinos da cristandade e a mística que

rodeava a coroação imperial assim como a importância da continuação do império, através de um casamento fértil, ao mesmo tempo que se enalteciam as virtudes dos reis de Portugal na exaltação da fé cristã em novas terras e o martírio de um dos seus filhos.

No dia seguinte, às danças públicas na praça, fronteira ao palácio da noiva, sucedeu-se uma largada de touros bravos, acompanhada por danças e outras artes desenvolvidas por mouros e mouras, que depois “pegaram dois touros vivos”, mataram-nos e distribuíram a carne pelo público. De novo, a família real e, sobretudo, o soberano se assumia como nutridor dos múltiplos súbditos.

Cortejos marciais, lutas, justas e torneios, caçadas reais, cada qual o mais sumptuoso e imaginativo no aparato que usava, intervalavam com músicas, danças e cantares dos súbditos do rei de Portugal. Trombeteiros e arautos rivalizavam com as danças e vozes dos naturais do reino, dos negros, mouros e judeus. Homens e mulheres cantavam e dançavam, exibindo-se segundo os seus costumes. A música, aos cantos e às danças juntava-se a profusão de luzes: “E havia muitas e grandiosas iluminações diante dos palácios e casas de habitação, em cima e em baixo acompanhando os contornos, ao longo das noites seguintes, quase convertendo as trevas em luz do dia”.

Mais uma vez à diferenciação guerreira das gentes da nobreza, à supremacia do mundo masculino em festejos onde se exaltava a força, a destreza, a virilidade sucedia-se a festa integradora, participativa de todos os súbditos, incluindo os povos dominados, porque vencidos e tolerados, para glória e fama de Portugal, do seu rei e dos guerreiros que a seu lado combateram. A festa difundia a ideologia de um grupo, mesmo quando se presumia igualitária e integradora.

Terminavam estas celebrações com a manifestação do poder régio, dispensador de prodigalidades: distribuíam-se carne, laranjas e os panos ricos que, durante alguns dias, ornamentaram janelas e ruas, ao povo. Cada um levava o que podia apanhar. “Quanta magnificência e aproveitamento dos pobres!”, exclamava admirado o capelão de Frederico III, um dos embaixadores alemães, na sua narrativa ⁷.

Rui de Pina é mais avaro em pormenores. No entanto, a interpretação das festas régias é a mesma: justas, touros, canas, momos, banquetes, danças e uma amnistia para certos criminosos e devedores, solicitada por D. Leonor ao rei⁸.

Iguais festejos coroaram o casamento do herdeiro D. Afonso com a princesa espanhola D. Isabel, filha dos Reis Católicos, apenas ensombrados pelo surto de peste que ocorria no reino. A festa exteriorizava-se no vestuário. “Ricos”, “galantes”, “escolheitos” são alguns dos termos empregues por Garcia de Resende, que explicita “muytos brocados, tellas, e chapados, e ricos forros, e singular pedraria, e em extremo atauizados”. A entrada da princesa em Évora é descrita com “grande estrondo de festa”: trombetas, bastardas, tambores, charamelas, sacabuxas. O cortejo era formado por servidores diversos a pé e “muytos cauallos a destra ricamente arrayados”. A descrição do vestuário de D. João II assombra pela elegância do fato “à francesa” e pela riqueza dos adornos. O mesmo sucede com príncipes, nobres e demais convidados: à ponte de Enxarrama, “sahindo delia, sessenta fidalgos juntos todos, de

⁷ *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, trad. de Aires do Nascimento, ed. Cosmos, Col. Medievalia, Lisboa, 1992, pp. 29-51.

⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, in *Livros Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, 1790, vol. I, cap. CXXXI, pp. 440-443.

ricas opas de brocados, e tellas douro com ricos forros, grandes e ricos collares, e cadeas douro, e as bestas ricamente goarnecidas, de que se os Castelhanos espantaram, principalmente das inuensões, e galantaria”.

O espectáculo prolongava-se nos arcos triunfais, nas alegorias, nos cantos e na música, nos toldos de cores variadas, nos mastros coloridos, nas bandeiras, nos panos de seda, nas tapeçarias que ornavam praças e ruas da cidade, nas flores e ramos de árvores odoríferas que enfeitavam portas e janelas de onde tombavam ricas colchas. “Estrondo” e “triunfo” são palavras que simbolizam a entrada da família real e do jovem casal em Évora. Ao espectáculo juntavam-se os banquetes de muitas e variadas iguarias e “todos comiam do que se tirava das mesas, que era em tanta abundância, que muyto mais era o que sobejava, que o que se comia”, os touros, os momos, os serões, as músicas, as festas...⁹. A magnificência do acontecimento festivo juntava-se a liberalidade nutridora e triunfante da realeza.

Manifestação geral de alegria era o nascimento de um filho, tanto mais forte quanto este pertencia a uma família que identificava o reino e, por isso, precisava de ser mantida por uma sucessão legítima e masculina, de preferência. As alegrias pela existência de um herdeiro, sucediam-se as alegrias da recepção da sociedade cristã a mais um irmão. O baptismo era também ocasião específica para celebração. D. João I ordenava justas reais em que ele próprio participava, nestes momentos¹⁰. Igualmente festejado foi o nascimento de D. João, filho segundo de D. Afonso V e de D. Isabel. Era o herdeiro varão tão ansiado, para manter e prosse-

⁹ Garcia de Resende, *ob. cit.*, caps. CXXII-CXXVIII, pp. 167-187.

¹⁰ Femão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. CXLVII, p. 320.

guir a linhagem real, pelo que foi comemorado em todo o reino. Por ocasião do seu baptismo, na sé de Lisboa, a festa que teve lugar era carregada de simbolismo: à ida, velas apagadas, no regresso profusão de luzes. A morte do pecado original sucedia-se a vida cristã. A luz, juntava-se o cortejo, aberto pelos tocadores de trombetas, tambores, charamelas, sacabuxas e outros instrumentos, continuado pelos porteiros de maça, reis d'armas, porteiros mores, mestres salas, vedor, mordomo mor, fidalgos e gente honrada. Era uma luzida comitiva aquela que passava nas ruas, esmeradamente limpas, que do paço iam até à sé. Nas janelas, colchas e ricos panos, nas ruas os grandes senhores, com as suas opas roçagantes, e as senhoras com os seus vestidos de seda e brocado, segundo a moda de França.

Depois a alegria jorrou nas ruas, com festas, comer e vinho ".

Alegria que se repetiu pelo nascimento do príncipe D. Afonso. Seu avô, ao saber a notícia em Arronches, festejou-a com muitas festas, "has mais delias a imitaçam de guerra", como escrevia Damião de Góis. De facto, o tempo não era de paz, pois D. Afonso V preparava-se para entrar em Castela, para defender o trono de D. Joana, contra os Reis Católicos. Por isso, estes festejos tiveram a função de adestramento militar, devendo ter sido constituídos por jogos guerreiros, combates individuais, torneios, etc.^{11 12}.

A aclamação real era em todo o reino um momento de alegria por aquilo que representava: a manutenção da paz e da ordem, dentro da família que simbolizava o reino, à volta da qual todos os grupos sociais se uniam e se reviam. A realeza e aquilo que ela representava não era atacada, mesmo quando se estava em presença

¹¹ Garcia de Resende, *ob. cit.*, cap. II, pp. 2-3.

¹² Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, UNL, Lisboa, 1977, p. 116.

de um mau rei. Rei morto, rei posto: o iato, perturbador e anunciador da desordem, da confusão não acontecia. Por isso, às lágrimas e ao luto pelo falecido soberano sucediam a aclamação, o arraial, a alegria pelo novo monarca. Tal como o ritmo normal da natureza, assim se sucedia o ritmo normal do poder majestático, simbolizado no novo rei. A nação renascia, encontrava-se no acto da aclamação, após as lágrimas que recordavam a morte do soberano anterior. Era um renascimento expectante, um anseio de novas dádivas, de novas prodigalidades para o novo monarca e para o reino.

Depois de um longo governo, faleceu em Lisboa D. João I. A sua morte foi pranteada e chorada por filhos, vassalos e por todo o povo, “caa ho Reyno foi todo cuberto de vaso e burel”. No dia seguinte, estando o corpo exposto num ataúde na sé, era aclamado rei D. Duarte. Confessou-se e comungou, vestiu-se de ricas vestes, apropriadas à cerimónia, e dirigiu-se ao terreiro dos paços da Alcáçova, a um trono colocado sobre um palanque, onde era aguardado por nobres, bispos e gente honrada, em trajes de festa, que o aclamaram rei, depois de o bispo de Évora ter pronunciado a sua prelecção. Este era o costume usado em Portugal.³

No entanto, nem sempre assim aconteceu. Um momento houve em que a aclamação régia foi sinal de subversão, de desordem, de recusa da ordem pré-estabelecida. Tal sucedeu após a morte de D. Fernando, quando Leonor Teles mandou aclamar D. Beatriz, rainha de Portugal. Murmúrios, alvoroços, manifestações ruidosas e violentas simbolizavam a quebra subversiva da ordem, eram a contra-festa, o espectáculo ao invés, prolongado na verdadeira ¹³

¹³ Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, in *Livros Inéditos*, vol. I, cap. II, pp. 77-78.

euforia popular que foi a aclamação do Mestre de Avis.

Esta manifestava-se como um rito catártico, de purificação do povo miúdo, contra Leonor Teles, contra a abominada Castela e o seu rei. Por isso se exteriorizou de forma violenta, na maneira como matou o bispo de Lisboa ou a abadessa de S. Bento, em Évora, ou como tocaram os sinos na sé do Porto, desenterraram os mortos e enterraram-nos em campo sagrado, no modo como tomavam os castelos ou se revoltavam contra os do partido da rainha, no modo como erguiam os pendões e tomavam voz pelo Mestre de Avis ¹⁴.

Os cantos apropriados para a ocasião animavam toda esta perturbação da ordem e euforia popular, como aqueles que as moças de Lisboa cantavam, andando nos montes a apanhar pedras para a defesa da cidade:

“Esta he Lixboa prezada, / mirala e leixalla. / Se quiserdes carneiro, / quall derom ao Amdeiro; / se quiserdes cabrito, / quall derom ao Bispo” ¹⁵.

Dignas de memória foram certamente as honras feitas a embaixadores e a outras dignidades que visitaram Portugal. As crónicas referem algumas destas deferências, como as que foram proporcionadas por D. Fernando ao conde de Cambridge e à sua comitiva ¹⁶ ou as que a corte de D. Afonso V prodigalizou em homenagem aos embaixadores do imperador da Alemanha, Frederico III. A recepção, em Lisboa, foi feita a estes por uma comitiva, encabeçada pelas altas hierarquias do paço e da Igreja, a que se seguia um cortejo de sarracenos, a câmara da cidade e o povo ¹⁷.

¹⁴ Femão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, caps. CLXXV-CLXXVII, pp. 483-492; *Idem*, *Crónica de D. João I*, vol. I, caps. XI, XII, XIV, XLI-XLVI, etc.

¹⁵ Femão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. CXV, p. 198.

¹⁶ Femão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CXXIX, pp. 361-362.

¹⁷ *Leonor de Portugal*, p. 29.

As entradas régias eram manifestações de regozijo pela vinda do soberano ao concelho, por parte daqueles que eram seus súbditos, que o reconheciam por suzerano. No cortejo de recepção, integrava-se toda a colectividade que vinha assim prestar-lhe menagem: autoridades municipais, cidadãos e vizinhos do concelho, povo miúdo, judeus e mouros com os símbolos das suas religiões: a Torah e o Corão. Todos vinham declarar-lhe obediência e fidelidade.

Era uma festa cívica, organizada pelo município que se completava pela oferta simbólica da edilidade ao soberano, pela refeição para a qual estavam convidadas as personalidades do concelho e toda a comitiva régia, dispersas por mesas, consoante a hierarquia de cada um. Seguiam-se jogos, geralmente justas, como as que se faziam na Rua Nova de Lisboa, quando a corte nela entrava depois de ausência prolongada, e que opuseram cidadãos e mercadores aos fidalgos da corte de D. Pedro I, “por festa”¹⁸.

A entrada de Leonor Teles em Santarém, apesar de ter acontecido nos tempos conturbados da sua fuga de Lisboa, depois de esta se ter manifestado pelo partido do Mestre de Avis, manteve o mesmo cerimonial de recepção, feito pelos mais honrados do concelho escalabitano e pelos judeus com as suas *Torah*, encaçados pelo alcaide, a quem a rainha quitou a menagem, por escritura¹⁹.

Mas não era só o poder régio que obedecia ao ritual das entradas. Também o poder religioso e embora quase nada saibamos da entrada de um bispo na sua sé, podemos inferir que a alegria

¹⁸ Femão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, cap. IX, p. 4L

¹⁹ Femão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CCC, p. 54.

dos cristãos seria similar. O poder religioso era, por excelência, nutri dor, alimentador dos mais carenciados, mas era, sobretudo, o poder que tinha por função religar o homem com o seu Criador. Ele alimentava espiritualmente, através da palavra, do conselho, do exemplo. A sua magnificência era a do servo de Deus, por isso era também propiciadora de graças eternas e terrenas.

A apresentação do prior D. Gonçalo Dias, indigitado por D. Sancho II para prior de Santa Cruz de Coimbra, é assim narrada:

“Vindo junto desta Cidade saiu-lhe ao encontro muita gente, cõ danças, e fulias, Musicas e festas, recebendo como prior, e prelado seu, assi o troixerão ao mosteiro”²⁰.

Esta alegria da população não foi acompanhada pelos monges crúzios que se recusariam a recebê-lo, apelando para a Santa Sé, pelo que a festa ficou incompleta. Mas a sua memória perdurou porque devia ser um costume. O texto latino fala-nos de histriões e mulheres que, com tambores e cantos profanos, saíram a saudá-lo. Certamente que a alegria da população seria completada pelo regozijo dos monges, acompanhados pela pompa e circunstância com que normalmente recebiam a entrada do novo prior, o que não sucedeu nessa altura.

Mas se a festa era divertimento, a quebra da rotina diária, ela tomava-se também a subversão da ordem que se pretendia exprimir na mudança do ritmo quotidiano. Por vezes, levantavam-se vozes antagónicas, partidos adversários e uma justa feita para distracção e espectáculo podia acabar num combate de sangue. Tal sucedeu nas grandes justas, ordenadas por D. Femando em honra do conde de Viana, filho do conde D. João Afonso Telo, quando os do grupo

²⁰ António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, Porto, 1964, pp. 52-53.

deste se malquistaram com os de Vasco Porcalho, comendador mor de Avis²¹.

Manifestação do poder real e da ordem que estabelece é a execução da justiça, uma das funções do rei. No prólogo da *Crónica de D. Pedro I*, Femão Lopes justifica a existência do poder do rei para “seerem os maaos castigados e os boons viverem em paz”²². Devendo ser exemplar e pedagógica, a justiça transformava-se num espectáculo do poder. Lendária ficou a actuação de D. Pedro I a quem o povo pôs o cognome de Justiceiro.

A narrativa que Garcia de Resende nos dá da morte do duque de Bragança e dos companheiros, permite-nos recriar todo o espectáculo que se desenrolou na praça de Évora e em Abrantes. Em primeiro lugar, o cronista descreve o tribunal, os juízes, os advogados de defesa e de acusação, as provas, por fim a decisão final, tomada por vinte e um juízes. Pretende mostrar que, apesar de um crime tão grave, de lesa majestade, D. João II quer um julgamento imparcial, justo.

Num segundo momento, assistimos à leitura da sentença e à sua execução. O espectáculo desenrolou-se num grande cadafalso, coberto de panos de luto, bem alto para que todos pudessem observar a justiça que o rei de Portugal exercia sobre os traidores. Participavam dele o duque, o actor principal, vestido de trajes apropriados: uma grande loba, capelo e uma carapuça de luto; o cortejo de religiosos encabeçado pela Cruz; o cortejo de homens de armas, comandado pelo meirinho mor, ricamente armado, e com a vara da justiça na mão; o carrasco; os dois pregoeiros e a multidão que se comprimia para assistir e participar com os insultos

²¹ Femão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. XCVIII, p. 266.

²² Femão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, Prólogo, p. 3.

e vitupérios contra tão grande criminoso. “E porque a gente principal do Reyno acudió toda a el Rey, era a praça tão chea de gente darmas, que não cabia, nem pollas ruas, e a Cidade toda em grande reuolta”.

O espectáculo da justiça não se confinava ao acontecimento; prolongava-se na exposição do condenado, mais ou menos prolongada, para que a sua visão não se apagasse tão cedo da memória dos assistentes: actuante e pedagógica na sua finalidade de mantenedora da ordem e da paz social.

Em Abrantes, a execução do marquês de Montemor foi feita numa estátua. O mesmo espaço: a praça da vila, onde foi erguido um grande cadafalso coberto de panos de luto e onde tomaram lugar em bancos próprios as justiças do reino e do concelho. “E publicamente foy ally trazida hua estatua do Marquez, natural como viva, que se parecia com elle, e vinha armado de todas as armas, e em cima delias sua cota darmas, e na mão direita hua espada alta, e na esquerda hua bandeyra quadrada de suas armas, e ally pollos juizes lhe forão lidas em alta voz suas culpas, e logo por todos los juizes, e desembargadores sentenceado que morresse por justiça morte natural, e publicamente fosse degolado.”

À leitura seguiu-se a desinvestidura no título e cargo de condestável, feita por um rei de armas, que lhe retirou a bandeira, a cota de armas, a espada, ficando em cabelo e com gibão e calças. Assim foi degolada a estátua por um carrasco, chegando-se ao pormenor de fazer jorrar um líquido vermelho, à semelhança de sangue, do seu interior quando a cabeça rolou. No fim, todos os participantes abandonaram o cadafalso. O espectáculo terminou quando o fogo o consumiu com a estátua²³.

²³ Garcia de Resende, *ob. cit.*, caps. XLVI e XLIX.

A festa é alegria e exteriorização de poder, que não só o do rei. As caçadas reais ou da nobreza, com os cães, servidores e comitivas a cavalo e a pé, as trompas e os latidos dos cães, as vestes e as vozes eram pelo que significavam um espectáculo de poderosos, inacessível ao comum homem do povo. Mais uma vez, este assistia ao desfile da saída e ao da chegada, com as grandes presas aos ombros dos servidores. Festim que podia ser também dispensador de alimentos para os mais desfavorecidos, consoante a prodigalidade do nobre. Este, à semelhança do monarca, também devia mostrar-se retribuidor de dons.

O casamento de um membro da nobreza tomava-se facilmente num espectáculo, com festejos em tudo semelhantes aos da realeza, mas menos sumptuosos obviamente. Mais do que as famílias que se cruzavam, caracterizava-o o favor régio, gradativo consoante a hierarquia dos noivos. Tal foi patente no casamento de D. Beatriz, filha única do condestável D. Nuno Alvares Pereira, com D. Afonso, filho bastardo de D. João I, que ocorreu em Lisboa.

Os festejos foram promovidos pelos pais dos nubentes. Neles se incluíram justas e torneios, matinadas e outros jogos²⁴.

As elites municipais, como membros de órgãos de poder ou privando de perto com ele, não só pela sua participação na política municipal mas pela sua riqueza, procuravam imitar nobres e reis nas festas públicas que davam. Já referimos as justas em que os cidadãos de Lisboa participavam, contra os grupos de nobres, na Rua Nova, ou os cortejos de homenagem feitos ao soberano quando ele reentrava no concelho, depois de uma ausência, ou todos os artificios de festa, desde as luzes a adornos de casas e ruas,

²⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. II, cap. COI, pp. 460-461.

subsidiados pelo concelho ou pagos pelas famílias mais ricas.

Estas, à semelhança da nobreza, aplicavam-se igualmente em exteriorizar o espírito da festa, nos ricos fatos de sedas e nos adornos que usavam, nas danças e cantares.

Mas as festas municipais tinham outra função: glorificar os vencedores, qual o triunfo da Roma antiga. Assim, em acção de graças, organizava procissões, como as que ocorreram em Lisboa quando o rei de Castela levantou o cerco, ou em todo o reino, pela vitória de Aljubarrota²⁵.

Em acção de graças pelo levantamento do arraial por parte de D. João I de Castela, a procissão apresentava-se como um cortejo de penitentes que, descalços, se dirigiram ao mosteiro da Trindade, saídos todos da sé. Encabeçava-os o bispo D. João Escudeiro, igualmente descalço, “rrevestido em pontificall com o Corpo de Deos nas mãos, o mais honesto e honrradamente que sse fazer pode, muito acompanhado de ordeés e clerezia, e desi do Meestre com todo outro poboo”. A pregação foi feita por um teólogo franciscano que preleccionou sobre o tema “Grande misericórdia fez o Senhor Deus connosco”. No final, houve missa solene, retomando a procissão com o Corpo de Deus para a catedral²⁶.

A chegada da notícia da vitória de Aljubarrota, exteriorizou-se da mesma maneira: uma procissão de penitentes que, em acção de graças, levaram a imagem de S. Jorge até à ermida de Sta. Maria da Escada, onde se celebrou missa.

O cortejo triunfal ocorreria dias depois, quando chegaram a Lisboa os estandartes do rei vencido. A população saiu fora da

²⁵ Femão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CLI, pp. 277-281; vol. II, cap. XLVI, p. 122 e cap. XLVIII, pp. 129-131.

²⁶ *Ibidem*, vol. I, cap. CLI, pp. 277-281.

cidade “todos armados, em graõ precisaõ per as averem de receber, e levarãõ nas por õde el Rey de Castela tivera posto seu arraial, quomdo outra vez jouvera sobre ela, porque era em vista da frota dos imiguos”. O espaço da gloria fora antes o da tribulação, por isso, o triunfo se manifestava com mais alegria, quando ao alto ia bem erguido o pendão do rei de Portugal, e a varrer o pó do chão os estandartes do rei de Castela, alguns deles com as armas de Portugal misturadas com as do reino abominado, em sinal de senhorio. A euforia do vencedor transforma-se sempre em afronta e vitupério dos vencidos, daí os insultos aos castelhanos que se encontravam na armada estanciada no Tejo.

No regresso, o cortejo dirigiu-se à sé, onde as bandeiras iam ficar expostas, atravessando o corpo da igreja. Entendida como acto divino, milagroso, a vitória portuguesa, o concelho decidiu comemorá-la em cada ano, durante a semana da Assunção de Nossa Senhora, com três procissões: duas, em que todos os participantes faziam o percurso descalços até aos mosteiros da Trindade e de S. Francisco; e uma terceira, calçados, à capela de Sta. Maria da Graça no mosteiro de Sto. Agostinho. Esta última devia obedecer às solenidades usadas na procissão do dia do Corpo de Deus. A cada procissão seguiam-se diversas missas penitenciais, com intenções várias de acção de graças.

Além das três procissões, determinadas para esta semana de Agosto, o concelho decidia celebrar mais duas: uma, em honra de S. Vicente, na sé, e a outra, em honra de S. Jorge, na igreja deste santo, patrono dos portugueses na guerra contra Castela²⁷.

Também a vitória de D. João, em Toro, contra os Reis Católicos

²⁷ *Ibidem*, vol. II, caps. XLVI-XLVIII, pp. 122-131.

teve o seu cortejo triunfal, na procissão de acção de graças, mandada celebrar anualmente, no dia da batalha (2 de Março), em todos os concelhos, pelo príncipe. Devia apresentar-se com as solenidades da procissão do Corpo de Deus e ser dirigida a um templo da invocação de S. Jorge ou de S. Cristóvão ²⁸.

Patrocinada pelo concelho e cerimónia em que as autoridades municipais gastavam grandes quantias, era a procissão do Corpo de Deus. Cerimónia religiosa, ela patenteava a riqueza do concelho, pelo que era definidora de poder pela riqueza da procissão e dos espaços teatrais, pelo banquete final.

Andores, imagens, adornos e arranjos diversos, tochas, representações cénicas de temática variada, mas, na generalidade, bíblicas ou relacionadas com a vida de Cristo e de santos, eram apresentados com sumptuosidade e exuberância, procurando implementar na assistência uma participação interior, vivida da cerimónia. Por vezes, esta festa era acompanhada pela largada de toiros.

No final dos festejos, servia-se um banquete que Iria Gonçalves descreve deste modo para uma das festas do Corpo de Deus, no Porto: “...verificamos que se tratava de repastos opulentos pela quantidade de vitualhas e onde a par do pão e do vinho, sempre presentes em todas as mesas medievais, o prato forte era confeccionado à base de carne de carneiro em abundância, de que eventualmente se fazia um picado - “desfeito” - bem temperado com especiarias - canela, cravinho, também açafrão e ligado com ovos e pão ralado. À sobremesa comiam-se bolos - em cuja confecção podiam entrar o leite, a manteiga, os ovos - e fruta.

²⁸ Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, Lisboa, 1983, pp. 71-74.

Esta, devido à época em que as festividades se realizavam, era sempre a cereja e ocasionalmente o figo. Presente ainda, talvez em jeito de entrada ou também como sobremesa, o queijo”.

Alimentos diversos eram distribuídos pelos magistrados municipais, pelos cidadãos que levavam as tochas, os músicos e pelas pessoas incumbidas de organizar os “jogos”²⁹.

Em síntese, podemos dizer que a festa projecta os grupos sociais que a patrocinam, sendo por isso uma glorificação do poder, poder régio, poder das elites, poder dos concelhos, poder popular. A festa tem intenções políticas, ideológicas, quer se apresente na forma de comemoração, de triunfo, quer se apresente como forma de afirmação de um grupo social, exteriorizando rivalidades ou estreitando solidariedades, quer se manifeste pela exuberância das cores, da alegria, das luzes, das multidões, quer pela subversão da ordem estabelecida, padronizando uma nova ordem.

²⁹ Iria V. Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Arq. Histórico, C.M. Porto, 1987, pp. 94-100.